

# ADAPTAÇÃO SOB FOGO: O APRENDIZADO DA 1ª DIVISÃO DE INFANTARIA EXPEDICIONÁRIA EM COMBATE, 1944-45

ADAPTATION UNDER FIRE: THE 1ST EXPEDITIONARY INFANTRY DIVISION LEARNING IN COMBAT, 1944-45

CESAR CAMPIANI MAXIMIANO<sup>1</sup>

## RESUMO

*Como a mudança doutrinária ocorre em tempo de guerra? Qual o peso da tradição, da cultura organizacional e das experiências formativas na absorção de uma nova matriz doutrinária em tempo de crise? Este artigo discute a adaptação para o combate da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária nos períodos finais da Campanha da Itália, em 1944-45. Por várias décadas, analistas e historiadores consideraram que os ensinamentos da Missão Militar Francesa teriam sido prejudiciais para o desempenho da divisão em suas operações ofensivas. Uma análise mais cuidadosa das fases de organização da Divisão mostram, no entanto, que alguns princípios fundamentais da doutrina francesa não estavam corretamente enraizados no Exército. Assim, alguns dos problemas detectados no desempenho da DIE não podem corretamente ser atribuídos a falhas na doutrina francesa, mas, em vez disso, à maneira em que gerações diferentes de oficiais puderam se beneficiar da instrução dos mestres franceses e à disseminação homogênea deste conhecimento no seio do Exército. Por fim, o artigo aborda a importância da doutrina americana no desempenho das tropas brasileiras na Segunda Guerra Mundial, sob um ponto de vista inédito, concluindo que em campanha, a divisão funcionou de forma híbrida, mesclando ambas doutrinas.*

*Palavras-chave:* Força Expedicionária Brasileira. 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária. Segunda Guerra Mundial. Doutrina Militar Francesa. Doutrina Militar Americana.

## ABSTRACT

*How doctrinal change occurs in a context of war? How do the weight of tradition, organizational culture and formative experiences function as opposing forces when an army is pressured to adopt a new doctrinal matrix? This article discusses the combat adaptation of the 1st Brazilian Expeditionary Division during the final periods of the Italian campaign, in 1944-45. For many decades, analysts and historians argued that the teachings of the French military mission had been detrimental to the performance of the Brazilian division in its offensive operations. A closer look at the early periods of divisional organization shows, on the other hand, that some fundamental tenets of French military doctrine were not properly rooted in the Brazilian Army. Thus, some of the problems that were observed in the performance of the Brazilian division can't be attributed to the French mission, but rather, to the way in which different generations of officers were able to profit from the instruction derived from the French masters and to the dissemination of shared knowledge throughout the Army. Finally, the article inserts a new perspective on the importance of US military doctrine in the performance of the Brazilians during WWII, showing how the division created its own hybrid mix of French and US military doctrine during its tour of duty in Italy.*

*Keywords:* Brazilian Expeditionary Force. 1st Brazilian Expeditionary Division. World War II. French Military Doctrine. US Military Doctrine.

<sup>1</sup> Pesquisador Independente - São Paulo-SP, Brasil.

E-mail: <ccmax45@hotmail.com>

Doutor em História Social (USP).

As teorias sobre inovação militar em voga procuram detectar padrões que possibilitem a compreensão dos processos responsáveis por mudanças qualitativas nas Forças Armadas. Entretanto, só o teste do combate é capaz de averiguar definitivamente se houve ou não a incorporação dos padrões modernizantes (MURRAY, 2011). Atualmente, o jargão acadêmico e militar emprega uma série de termos que, no lugar de oferecerem entendimento claro dos fenômenos analisados, promovem verdadeira barafunda conceitual: fala-se em transformação, modernização e inovação (STORR, 2009). Por vezes, o mesmo conceito está investido de significados diferentes: a transformação militar doutrinária americana registrada em meados da década de 1990 e início do século XXI está relacionada à Revolução nos Assuntos Militares; enquanto no Brasil, os acadêmicos empregam a ideia de transformação aludindo a mudanças nas relações entre civis e militares no âmbito político e institucional, com ênfase especial na interferência civil visando a alterações no ensino de valores e tradições.

Os estudos de Defesa sem dúvida compreendem um campo mais vasto que o enfoque na guerra; no entanto, as Forças existem primordialmente para travar o combate. É salutar reconduzir esta área de pesquisa para proximidade maior com a provação máxima que uma instituição militar pode atravessar: o emprego em conflitos (GRAY, 1999). Daí decorre a imperiosidade de se considerar fatores como a tecnologia militar e as evoluções na doutrina. É portanto com o aspecto de evolução da doutrina e da tecnologia militar que aqui se utilizam os termos *transformação*, *inovação*, *modernização* e *adaptação*. Deixarei para outros autores os quiproquós a respeito das minúcias que envolvem as definições teóricas a respeito dos três primeiros termos, relacionados a situações de paz, com a ressalva de que o último termo, a adaptação, implica evolução e aprimoramento da doutrina em situação de combate (MURRAY, 2011).

A avaliação de resultados positivos conduzida de maneira satisfatória não pode ser aferida meramente pela vitória: este desfecho pode ocorrer a um custo muito alto, colocando em xeque a solidez das instituições e o processo subsequente de manutenção da paz. Para se sobrepor à insuficiência da averiguação do sucesso simplesmente baseado em vitória/derrota, surgiu a ideia de *efetividade* militar, substanciada na “capacidade de transformar recursos em poder de combate” (MILLET; MURRAY,

1988). A confirmação da existência ou não da efetividade militar passa invariavelmente pelo teste do estudo da história. Somente esta disciplina oferece a possibilidade de estimar a absorção ou não de princípios doutrinários que, de fato, tenham promovido maiores padrões de efetividade. Obviamente, é impossível quantificar o resultado final de tais processos, e só a tecnocracia mais obtusa deixaria de levar em consideração fatores como o ônus moral do envolvimento em um conflito, algo que pode ecoar por décadas a fio (HOWARD, 2003).

O enfoque histórico, portanto, é indispensável medida saneadora das teorias desvinculadas de qualquer base concreta que procurem aferir a consumação de processos como a inovação ou a transformação em momentos em que uma Força não esteja passando pelo teste do emprego em operações. Não há como saber se um exército inovou em sua doutrina sem que se passe pela provação do combate (GRAY, 1999).

Há vasto debate sobre a validade do aprendizado obtido com a Missão Militar Francesa vigente no Brasil desde 1921. Pouca atenção foi dada à maneira em que a doutrina francesa foi aplicada na prática pelo Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial. A atuação da divisão brasileira na Itália deixa clara a forma como princípios doutrinários adotados há décadas podem ou não ser inculcados em tempo de paz.

## O EMPREGO DA 1ª DIVISÃO DE INFANTARIA EXPEDICIONÁRIA EM COMBATE

A Força Expedicionária Brasileira (doravante FEB) consistia na totalidade do contingente embarcado para a Itália entre 1944 e 1945. Seu braço combatente foi a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE), constituída pelo quadro de organização divisionário do Exército dos Estados Unidos datado de 15 de julho de 1943 (SAYEN, 2007). Subordinada ao IV Corpo de Exército (Gen. Willis D. Crittenger), a grande unidade começou seu emprego como um *Regimental Combat Team* (um RCT formado principalmente pelo 6º Regimento de Infantaria), em setembro de 1944, no vale do Serchio e posteriormente, operou como divisão completa (três regimentos de Infantaria, quatro batalhões de Artilharia, um esquadrão de Cavalaria, um batalhão de Engenharia e outro de Saúde e demais unidades de apoio), a partir de novembro do mesmo ano, nos vales dos rios Reno e Panaro, ao longo da Rota 64, e, em fase ulterior da campanha, nas planícies de Modena e da Padana. Nos lances finais, algumas subunidades estabeleceram ligação com o Exército Francês Livre na fronteira franco-italiana. Contando-se a fase inicial de operações do 6º RCT, a DIE passou um total de 239 dias em ação, sofrendo, ao final da campanha, 11.617 baixas (MASCARENHAS DE MORAES, 1947).

Os acordos de cooperação militar entre Brasil e

Estados Unidos haviam definido que, para o emprego no além-mar, a FEB deveria adotar os padrões doutrinários americanos, de forma a facilitar uma série de questões logísticas (LEITÃO DE CARVALHO, 1952).

Depois do desempenho problemático em Canudos e outras operações de guerra irregular (como a luta contra a Coluna Costa-Prestes e a Campanha do Contestado), a vinda de uma missão militar europeia de renome foi entendida como a panaceia capaz de resolver todos os problemas constatados ao longo das décadas recentes (McCANN, 2004). A Missão Militar Francesa, acreditava-se, seria capaz de implantar os “sólidos princípios doutrinários” que tanto faziam falta (SOUTO MALAN, 1988). Por meio da aplicação da doutrina importada da França, a educação militar foi elaborada de forma a promover a crença que todo problema possuía uma solução doutrinária específica e que situações futuras potenciais poderiam ser previstas. Tratava-se de uma abordagem cartesiana da guerra, bastante influenciada por Jomini e calcada na crença de uma cientificidade subjacente no fenômeno dos conflitos. O resultado foi uma deferência quase mística ao poder da “doutrina”, cultivada no período anterior à Segunda Guerra Mundial (MAXIMIANO, 2010).

As avaliações do desempenho da DIE feitas por Mark Clark e Mascarenhas de Moraes (respectivamente, comandantes do XV Grupo de Exércitos e da 1ª DIE e da FEB) consideraram que os problemas manifestados na fase preliminar de emprego da divisão foram superados depois que a divisão adquiriu experiência em ação enquanto se adaptava à doutrina militar americana (CLARK, 1950; MASCARENHAS DE MORAES, 1947). O Coronel Floriano de Lima Brayner, chefe do Estado-Maior da DIE, sustentou que a falta de familiaridade do contingente brasileiro com o armamento americano de Infantaria foi prejudicial ao desempenho em combate dos 1º e 11º Regimentos de Infantaria (BRAYNER, 1968). Algumas das armas constantes dos quadros de organização divisionários, como a carabina M1 e os fuzis-metralhadora *Browning*, nem mesmo foram entregues à tropa nas primeiras remessas de armas recebidas por estas unidades. Mas, sobretudo, o desempenho problemático em algumas das ações iniciais foi creditado à difícil transição do sistema doutrinário francês para o americano. O General Mascarenhas, por exemplo, atribuiu as provações da adaptação à mudança de “uma máquina militar que tinha sido organizada à francesa para uma força expedicionária que teria que funcionar à americana” (MASCARENHAS DE MORAES, 1947). Assim sendo, os vinte anos de treinamento francês foram preteridos em favor da supervisão do Exército dos Estados Unidos.

No pós-guerra, algumas figuras-chave da FEB, tal como o oficial de operações da DIE, o Tenente-Coronel Humberto de Alencar Castello Branco, sugeriram que a doutrina francesa tal qual adotada antes da campanha teria sido inadequada para atacar e assaltar as fortificações alemãs do final de 1944. De acordo com Castello

Branco, “os reverses iniciais da FEB foram parcialmente causados por aquilo que é quase uma psicose nacional de pensamento defensivo” (SOUTO MALAN, 1988). Castello Branco, assim, estava promovendo a ideia de que a doutrina francesa teria arraigado exclusivamente a preocupação com a missão de resguardar as fronteiras do Brasil com a Argentina, embora sua afirmação exponha uma confusão entre o pensamento estratégico francês que levou à *debacle* de 1940 e os bem mais simples princípios de combate de infantaria que o Exército Brasileiro adotara desde 1921. Em outras palavras: a estratégia defensiva francesa que se desenvolve naquele país até 1918 realmente afetou todos os aspectos de sua doutrina militar ao ponto de comprometer a validade das táticas, técnicas e procedimentos, resultando na inviabilidade de seu emprego por parte do Brasil em 1944 e 1945?

Até hoje, os historiadores têm aceitado as explicações tanto de Mascarenhas de Moraes quanto de Castello Branco a respeito das razões para os reverses de novembro e dezembro de 1944 (McCANN, 1995; BONALUME NETO, 1995; SILVA NEVES, 1992). Entretanto, essa interpretação suscita duas linhas de questionamento. Em primeiro lugar, a doutrina francesa estava homogeneamente assimilada pelo Exército Brasileiro em grau suficiente para impedir ou dificultar a absorção do treinamento militar americano? Em segundo lugar, seria de fato o treinamento americano recebido pela FEB extremamente diferente dos princípios franceses de modo a se tornar incompatível com o contexto tático enfrentado pela divisão brasileira em fins de 1944? Antes de proceder com o exame de tais questões, cabe uma breve explicação para a origem da adoção do sistema militar americano pela FEB.

## A CRIAÇÃO DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

Em 1942, o Brasil e os Estados Unidos estabeleceram um acordo de cooperação militar, por meio da criação da *Joint Brazil-United States Defense Commission* (Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, cuja sigla em inglês era JBUSDC). As expectativas iniciais dos americanos a respeito destes acertos gravitavam em torno da crença de que o Estado-Maior do Exército Brasileiro se dedicaria principalmente com a defesa de seu próprio território, permitindo à Marinha e à Força Aérea dos Estados Unidos o acesso temporário para a construção de bases no litoral. Contudo, desde o começo das negociações, parte da liderança política e militar brasileira exerceu pressões para que o país obtivesse um papel mais ativo no esforço de guerra Aliado, por diversas vezes fazendo menção específica à possibilidade de participação nos combates no alémmar. As atividades da JBUSDC envolvendo a defesa do Hemisfério Ocidental deveriam assim ser entendidas como um componente à parte da totalidade das relações

políticas e militares entre o Brasil e os EUA durante o conflito: do ponto de vista dos negociadores americanos, um aspecto desta cooperação era o ganho de confiança brasileira que possibilitasse o estabelecimento de bases aeronavais; outro consistia em sobrepujar a má vontade e descrença do Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, e do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, ambos os quais eram desfavoráveis à ampla cooperação com os Estados Unidos; além disso a situação apresentava níveis mais intrincados de sutileza política, uma vez que altos funcionários do governo de Vargas, como o Ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha e o representante brasileiro na JBUSDC, o General Estevão Leitão de Carvalho, eram francos antagonistas de Dutra e Góes e mantinham posição oposta em relação ao estreitamento de relações com os americanos e especialmente a atuação em combate no exterior (LEITÃO DE CARVALHO, 1952; MASCARENHAS DE MORAES, 1947; BRAYNER, 1968). Quando os integrantes da comissão começaram a discutir os termos da cooperação militar, os brasileiros mais favoráveis aos EUA continuaram a se mostrar entusiastas da formação de um corpo expedicionário, com três divisões de Infantaria e uma blindada. O resultado desse *lobby*, bem menos audacioso que a proposta inicial de um corpo de Exército completo, materializou-se em julho de 1944, com o embarque do 1º Escalão da FEB. A chegada dos brasileiros à Itália foi, assim, o primeiro passo de ambiciosa política externa, com vislumbres para a utilização no pós-guerra das lições e do equipamento adquiridos por meio da participação no combate com o propósito de manter o Exército no rumo constante da modernização doutrinária e tecnológica (MOURA, 1992).

Todos estes fatores foram significativos para o desempenho da tropa brasileira na Europa, uma vez que as inclinações pessoais de vários oficiais com posições centrais no Ministério da Guerra, EME, JBUSDC e por toda a cadeia de comando da expedição poderiam influenciar as relações com os Estados Unidos e os desenvolvimentos da organização da FEB, afetando, assim, a efetividade de combate brasileira.

Contudo, dada à complexidade de se organizar e embarcar uma única divisão e elementos de apoio da quantidade de 10.000 homens, as aspirações de comprometer um corpo de exército na Europa provaram-se além das capacidades do momento. As previsões de cooperação com a JBUSDC determinavam que os EUA deveriam fornecer o armamento e transporte naval, sendo tal dependência logística em relação aos recursos americanos o principal fator de impedimento para a organização das divisões subsequentes. Alguns chefes americanos, como o General Jonh Garesché Ord, presidente da JBUSDC, eram extremamente críticos em relação à maior cooperação, questionando o sentido do Brasil empregar suprimentos vitais dos Estados Unidos com o propósito de concretizar seus próprios objetivos nacionais (LEITÃO DE CARVALHO, 1952).

Tal indisposição levou o General Estevão Leitão de Carvalho a marcar uma reunião com o Chefe do Estado-Maior do Exército dos EUA, o General George C. Marshall, a fim de garantir o fornecimento dos meios necessários para a composição da FEB. Este episódio, concomitante à renúncia de Góes Monteiro como Chefe do Estado-Maior, devido a problemas de saúde no final de 1943, foi, sem dúvida, o marco inicial para a efetiva participação do Brasil na guerra na Europa, enquanto Dutra, o Ministro da Guerra, ocasionalmente demonstrava minguada atenção para os problemas do General Mascarenhas e sua equipe de oficiais com indiferença eloquente. Finalmente, o Brasil conseguiu organizar e enviar para a Itália uma divisão de infantaria, um depósito de pessoal, um destacamento de enfermeiras, hospitais e várias outras unidades de apoio. No auge da presença brasileira na Itália, cerca de 26.000 homens estavam no Teatro de Operações (McCANN, 1995).

Apesar de seu valor de combate ser ainda desconhecido, estes homens foram entusiasmamente recebidos por Mark Clark, que, até o final de 1944, estava sendo extremamente pressionado pelos poucos recursos humanos alocados ao seu comando (CLARK, 1950). Esta necessidade não era se limitava à carência de forças terrestres, e, em outubro de 1944, um grupo de caça brasileiro equipado com aeronaves americanas P-47 também foi enviado para a Itália. Este grupo tinha passado dois anos submetido a treinamento intensivo, tanto para os pilotos quanto o pessoal de terra, e no momento da chegada na Itália, foi totalmente integrado na 12ª Força Aérea da USAAF, mais precisamente, como o 1ª *Brazilian Fighter Squadron* (1ª BFS), pertencente ao 350º Grupo de Caça, 62ª Esquadrilha, XXII Comando Aéreo Tático. O grupo de caça brasileiro atuou durante toda a campanha como um recurso verdadeiramente Aliado, passando pouco tempo em apoio aos seus compatriotas, e tendo como a sua principal tarefa escoltar os bombardeiros que atingiam a Áustria, norte da Itália e sul da Alemanha ou a realização de missões de busca e destruição sobre o Vale do Pó (MOREIRA LIMA, 1980).

A 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária foi criada em agosto de 1943, mas não lhe foi atribuída um comandante até dezembro do mesmo ano. Formada por conscritos e liderada por oficiais profissionais e da reserva, as praças da Divisão só tinham recebido treinamento básico, fazendo com que a efetividade desta grande unidade sofresse como um todo em função do treinamento coletivo bastante limitado que foi realizado no Exército Brasileiro de pré-guerra, ocasionando falta de prática e experiência em termos de trabalho do conjunto da Divisão como uma grande equipe. Os regimentos de infantaria da Divisão foram principalmente selecionados com base em seu prestígio dentro do Exército Brasileiro e com base na qualidade de seu pessoal, avaliada em perícias médicas preliminares. Como os homens oriundos das áreas mais próximas da linha do Equador tendiam a ter menor índices de saúde, a FEB foi predominantemente

composta por homens das partes do Sul e Sudeste do País, que tinham sido profundamente afetadas pelos hábitos alimentares melhorados introduzidos pela imigração europeia e asiática. Além do dilema médico de encontrar recrutas saudáveis, mais atrasos na organização da FEB foram ocasionados nas tentativas de encontrar recrutas devidamente instruídos e tecnicamente qualificados em uma sociedade que dava seus primeiros passos em direção à industrialização. Apesar destes atrasos, os critérios de seleção cuidadosamente estabelecidos garantiram que a FEB fosse finalmente completada como um contingente de material humano muito acima da média quando contrastado com o resto do Exército Brasileiro: se o seu treinamento militar era inadequado, os padrões de saúde e educação podem ser considerados satisfatórios, o que pode ser creditado para as áreas de conscrição escolhidas. Enquanto durante a guerra 71,7 % da população do Brasil vivia em áreas rurais, apenas 43,8% dos soldados da FEB e 25,5% dos cabos de Infantaria residiam em tais partes do país; assim, a origem predominante da Infantaria eram as áreas urbanas, cujas condições ofereciam um maior grau de escolaridade e padrões médicos (PAIVA GONÇALVES, 1951). Isto até mesmo teve reflexos na robustez dos praças, visto que, durante a campanha, o chefe da Intendência da FEB, Coronel Fernando Biosca, percebeu que o tamanho médio dos uniformes distribuídos no Brasil foi menor do que os tamanhos necessários para vestir os soldados (BIOSCA, 1950).

Diferentemente da maioria das praças, nem todos os oficiais brasileiros eram inexperientes. Muitos oficiais mais velhos tinham visto serviço ativo durante a década de 1920 e início dos anos 1930 e estavam acostumados a lutar contra as unidades irregulares do seu próprio país, em confrontos que haviam empregado uso frequente de Artilharia de campanha assim como o armamento padrão de Infantaria da época (McCANN, 2004). Na Itália, os oficiais brasileiros mais experientes podiam recorrer a esta vivência adquirida em várias ocasiões de combate, como a Revolução de 1924, a Revolução de 1932 e as ações típicas de guerra irregular conduzidas contra a coluna Miguel Costa-Prestes (ARRUDA, 1949). A maioria dos oficiais brasileiros estava confiante a respeito de sua sólida formação profissional obtida na Academia Militar e de que qualquer diferença de proficiência que pudesse existir entre o seu Exército e a maioria dos outros exércitos modernos seria predominantemente de natureza material. Como General Mascarenhas proclamou ao testemunhar uma barragem de artilharia durante uma visita preliminar para a Itália em 1944, no início: "Meu Deus! Esta é uma guerra de ricos!" (WALTERS, 1980).

A Divisão brasileira na Itália foi organizada de maneira idêntica à configuração triangular padrão das divisões de Infantaria do Exército dos Estados Unidos. Assim, ela compreendia três regimentos de infantaria, cada um com três batalhões, um regimento de artilharia, um batalhão de engenharia de combate, um esquadrão de

reconhecimento e um batalhão de saúde. Ao contrário desta organização padronizada, havia, de início, um comando em separado para a brigada de Infantaria sob o comando do General Euclides Zenóbio da Costa, o único aspecto em que a divisão brasileira diferia de suas contrapartidas americanas (SAYEN, 2007). Posteriormente, mudanças nos Quadros e Tabelas de Organização específicos da FEB erradicaram o comando de Infantaria adicional e o General Zenóbio atuou como inspetor do treinamento dos três regimentos que compunham a DIE, e a supervisão dos cronogramas de instrução foi mantida sob a responsabilidade dos respectivos comandantes regimentais (BOLETIM REGIMENTAL, 1944a).

A fim de disseminar a doutrina militar americana, o Estado-Maior do Exército determinou que vários manuais técnicos e de campanha fossem traduzidos para o português. Grande parcela dos responsáveis por estas traduções foi composta por oficiais da ativa e da reserva no comando de pelotões de fuzileiros, que precisaram dividir seu tempo entre as tarefas de instrução e o trabalho de tradutores (ARRUDA, 1949).

Em função desta carência de recursos, atrasos consideráveis emperraram a distribuição dos manuais de “tradução de emergência” para a FEB. Por exemplo, as especificidades da companhia de fuzileiros de padrão americano só se tornaram amplamente conhecidas no seio do 1º Regimento de Infantaria quando os manuais relacionados foram recebidos em agosto de 1944, apenas um mês antes do embarque para a Itália. As companhias de fuzileiros do mesmo regimento tampouco receberam os manuais da carabina M1 até o mês de setembro, no momento do embarque (BOLETIM REGIMENTAL, 1944b).

Outras publicações essenciais, como o FM 7-10 - O Batalhão de Infantaria, não foram recebidas até janeiro de 1945, quando algumas de tais unidades brasileiras já se encontravam em ação há cinco meses (BOLETIM REGIMENTAL, 1945).

Embora algumas dezenas de majores e coronéis brasileiros tivessem passado por cursos nos EUA durante 1943 e os primeiros meses de 1944, a maioria dos concludentes não foi designada para a FEB. Também é adequado considerar se tais oficiais, altamente cônscios de sua formação militar à francesa, estivessem dispostos a aceitar que precisassem de fato da renovação profissional oferecida pelos instrutores americanos. Assim, esta série de cursos, por si só, não foi suficiente para prover a FEB com um número satisfatório de oficiais que dominavam a doutrina e a organização americanas de forma a facilitar a transição de comando operacional quando da inserção em combate a partir de setembro de 1944 (ANNEX, [194-]).

Houve aspectos positivos no quesito organização durante as fases preliminares de existência da FEB. Entre dezembro de 1943 e março de 1944 as unidades designadas para a expedição foram reestruturadas de acordo com as Tabelas de Organização e Equipamento. Enquanto se mantiveram nas áreas de concentração

no Brasil, quantidades limitadas de Material Bélico, de Intendência e de Comunicações de origem americana foram recebidos de forma a promover um grau de familiarização com certos itens, como três baterias completas de obuseiros M2 de 105mm e alguns aparelhos receptores e transmissores. No entanto, pouquíssimos exemplares do armamento de Infantaria que seria empregado na Itália estavam disponíveis no Brasil antes do embarque, e a disponibilidade deste material tornou-se motivo de intenso debate. Os integrantes brasileiros da JBUSDC defendiam, de modo consistente, que os EUA deveriam fornecer armamento e equipamento em quantidade suficiente que permitisse mobilizar no padrão americano todas as divisões almejadas pelo Brasil nas fases preliminares de negociação (LEITÃO DE CARVALHO, 1952; MASCARENHAS DE MORAES, 1947; BRAYNER, 1968).

Entretanto, em função de mudanças no contexto estratégico e compromissos diversos do empenho logístico Aliado, os integrantes americanos da JBUSDC alegavam que apenas metade do material necessário para equipar uma única divisão completa estava prontamente disponível, uma porcentagem que foi aceita pelos brasileiros com contrariedade. Esta alocação limitada de material foi, assim, utilizada em uma base rotacional por diferentes unidades na medida em que elas progrediam pelo cronograma de instrução. O armamento recebido, como por exemplo as três baterias de obuseiros M2, permaneceram no Brasil depois do embarque do 1º Escalão para garantir o treinamento dos contingentes posteriores. O resultado disso é que a FEB chegou ao exterior desarmada, e, enquanto desembarcava, teve que ser suprida com armas, viaturas e outras necessidades materiais tanto novas quanto oriundas de salvado, provenientes da *Peninsular Base Section*, a grande central logística americana do Teatro de Operações do Mediterrâneo.

Apesar de todas estas limitações referentes ao apoio logístico que a FEB precisava, a carência material não é argumento suficiente para explicar alguns dos problemas manifestados quando a divisão foi finalmente empregada em ação. Mantida em áreas de organização diferentes e desconectadas, a DIE só foi finalmente reunida no Rio de Janeiro em março de 1944, a fim de que se conduzisse a instrução preliminar ao embarque. O valor destas atividades foi seriamente comprometido pelo atraso em adaptar as unidades selecionadas à organização do Exército dos Estados Unidos, algo que poderia ter sido executado com adaptações a partir do material já empregado no Brasil – uma questão era a *organização e instrução*, outra, o recebimento do equipamento a ser utilizado em campanha.

Para atender à instrução específica de que se precisava, um centro de treinamento foi criado na Vila Militar: o CIE, Centro de Instrução Especializada, onde um núcleo de dezesseis técnicos vindos dos EUA, alguns dos quais fluentes em português, auxiliavam grupos de

graduados a se familiarizarem com as viaturas, armamento e material de transmissões que havia sido recebido em pequenas parcelas. Estes graduados brasileiros já devidamente instruídos, então passaram a servir por toda a FEB como difusores de conhecimento aprendido, procedimento que funcionou de maneira satisfatória, mesmo que tardio. Cada especialidade foi alocada a dois instrutores, de modo que, quando o 1º Escalão embarcou, um permaneceu no Brasil para continuar os trabalhos com os contingentes remanescentes (WOYTHALER, 2007).

Posteriormente, na Itália, este grupo de instrutores americanos, que consistiu de oficiais e graduados, formou o Destacamento de Ligação Brasileiro (ou BLD, *Brazilian Liaison Detachment*), responsável por averiguar a eficácia da assimilação da doutrina americana.

Infelizmente, muitas atividades de treinamento e instrução que independiam do suprimento material foram negligenciadas no Brasil, com subaproveitamento do tempo disponível. O preparo físico da tropa foi conduzido em padrões rígidos, provendo homogeneização das condições; e algumas qualificações técnicas indispensáveis, como cozinheiros, motoristas e operadores de rádio foram concluídas a contento. Contudo, tempo foi desperdiçado em preparativos sumários na construção de uma rede de corda para desembarque de navio e embarque em barcas de invasão, mesmo quando já estava claro que a FEB não seria empregada em operações anfíbias. O General Mascarenhas havia visitado o Teatro de Operações do Mediterrâneo em fins de 1943 e início de 1944, obtendo conhecimento das características topográficas da Itália em primeira mão, embora nenhuma medida tenha sido posta em prática para fornecer à tropa instrução sobre o combate em montanhas, algo que seria possível em função do terreno adequado existente em algumas áreas de concentração regimental no Brasil, como o Vale do Paraíba (MASCARENHAS DE MORAES, 1947).

Nenhuma instrução voltada para a aclimação com as intempéries que viriam a ser enfrentadas a partir do outono de 1944 foi ministrada, nem sobre como empregar corretamente o material de inverno – este só recebido na véspera das primeiras nevascas de dezembro de 1944. Versam lendas sobre o uso de palha e jornais nas galochas de inverno como medida eficaz para conter o pé-de-trincheira, que, entretanto, dizem mais sobre o moral alto da tropa do que sobre o correto domínio de técnicas preventivas: as estatísticas de saúde mostram como a incidência do pé-de-trincheira na FEB foi equivalente à das demais divisões do V Exército na Itália (CASTELLO BRANCO, 1960).

Semanas antes do embarque do 1º Escalão, o General Mascarenhas estava ciente de que a instrução da FEB ainda não estava completa. Em consequência disso e também como resultado das observações do Destacamento de Ligação Brasileiro, um estágio adicional de treinamento foi garantido uma vez que os diversos escalões da FEB fossem desembarcando no Teatro de

Operações, mesmo apesar da contrariedade com que alguns chefes brasileiros receberam tal notícia. Muitos a interpretaram como intrusiva ou como mácula à sua competência profissional, calcada na formação francesa do pré-guerra. Outros desdenhavam da capacidade americana de sobrepujar a competência militar alemã – sentimento sem relação com a germanofilia, mas seriamente ciente da validade da habilidade combatente do inimigo (ARRUDA, 1949; UDIHARA, 2002; SOARES, 1985).

Por outro lado, a oficialidade responsável pelo comando de subunidades e frações estava mais disposta a atualizar seus conhecimentos, necessidade que se tornava mais evidente de acordo com a maior proximidade com a enormidade de aspectos logísticos e operacionais com que se travava contato uma vez no Teatro de Operações. Tal percepção tendeu a aumentar depois da vastidão de recursos vistos na retaguarda do V Exército, algo entendido como indício de um conceito operacional que poderia debelar qualquer maestria tática posta em prática pelo inimigo (GONÇALVES, 2005).

## OS BRASILEIROS EMBARCAM PARA O ALÉM-MAR

A 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, que compreendia cerca de 15.000 homens, foi enviada à Itália em dois escalões. O primeiro era formado pelo 6º Regimento de Infantaria (6º RI), um grupo de artilharia, uma companhia de saúde e um pelotão de reconhecimento. A decisão de enviar o 6º RI em primeiro lugar foi tomada segundo o consenso de que a unidade apresentava um grau mais avançado de apresto operacional. Na chegada à Itália, o 6º RI foi favorecido por fase adicional de instrução ministrada por integrantes veteranos do V Exército. De meados de julho até o final de agosto de 1944, a unidade recebeu instrução extra e alguns comandantes de pelotão selecionados passaram por um estágio intenso na *Leadership and Battle Training School*, situada nas proximidades da cidade de Caserta. Outros oficiais e graduados, com conhecimentos do idioma inglês, também estagiaram em plena linha de frente, tendo acompanhado ações de unidades como o 442º Regimento da 34ª Divisão de Infantaria, na tentativa de homogeneizar o preparo de todo o 1º Escalão da FEB (BONALUME, 1995).

Em outubro de 1944, a segunda grande parte da divisão, amalgamada no 2º e 3º Escalões de embarque e compreendendo o 1º e o 11º Regimentos de Infantaria chegou à Itália, e foi mantido o procedimento de enviar estagiários de pelotões e grupos de combate brasileiros para a linha de frente em períodos adicionais de instrução *on-the-job*, ao lado de frações americanas e brasileiras – estas últimas, já pondo em prática os conhecimentos adquiridos em combate (CASTELLO BRANCO, 1960).

Entretanto, o 1º e o 11º Regimentos de Infantaria só dispuseram de duas semanas de instrução adicional no Teatro de Operações, pouco mais do que o mínimo

suficiente para adequar os homens no uso do armamento americano recentemente recebido. Lacunas e omissões ocorreram, e, em um caso, todo um batalhão do 1º RI foi enviado ao front sem que os fuzileiros-atiradores tivessem efetuado um único disparo com uma arma essencial da Infantaria, o fuzil-metralhadora *Browning* modelo 1918 A2 (TRAINING, [194-]).

Sem dúvida, uma falha preponderante da organização da FEB foi a inexistência de familiaridade com o armamento. A cada escalão que desembarcava na Itália repetiu-se a cena do General Mascarenhas de Moraes percorrendo os depósitos de Material Bélico do Teatro de Operações na tentativa de requisitar o armamento de Infantaria necessário para seus homens. O General Mascarenhas esperava que tal questão primordial fosse tratada com a máxima rapidez pela logística americana, mas frustrou-se com a burocracia que atrasou o recebimento de armas em várias semanas. O General Mascarenhas teve razões adicionais para aumentar sua insatisfação quando soube que a FEB não receberia o fuzil M1 *Garand*, de dotação normal das unidades americanas, e, no lugar deste fuzil automático, testemunhou seus homens recebendo os fuzis *Springfield* modelo 1903, operados a ferrolho. O modelo 1903 existia em abundância nos depósitos da PBS, enquanto as quantidades de M1 eram baixas, especialmente em função das crescentes necessidades do emprego deste armamento em outros teatros de operação e do embarque de várias divisões de Infantaria que partiam dos EUA para o Pacífico e a Europa (MASCARENHAS DE MORAES, 1944).

Houve, neste momento, um grave choque cultural entre as expectativas dos brasileiros e a recepção dos americanos para a FEB. Tendo atravessado tribulações, sacrifícios e assumido o compromisso de enviar contingente de combate para o além-mar e, sobretudo, colocando-se voluntariamente sob o comando Aliado, em vez de um tratamento cerimonioso, a FEB se encontrava à mercê da cadeia de suprimentos ordinária e sobrecarregada do Teatro de Operações da Itália.

A constatação de que a presença brasileira na Itália seria uma peça de um conjunto infinitamente maior foi um contraste de expectativas agudo, que se antecedeu a outros choques ainda por vir. Nas fases iniciais de contato, assomava a dúvida a respeito da validade do esforço empreendido pelos brasileiros frente ao fardo que a FEB aparentava ser para a logística do Teatro de Operações, pondo em questão a própria razão de ser da contribuição para a guerra.

De acordo com ordens regimentais datadas de 8 de novembro de 1944, o pessoal do 2º e 3º Escalões recebeu instrução sobre o fuzil *Springfield* 1903 pouco antes do empenho em combate, em período concomitante com os últimos ajustes organizacionais na alocação de fuzis-metralhadora e metralhadoras leves de acordo com a doutrina recém-adotada. No entanto, tratava-se de outra questão garantir se a instrução adequada para o bom emprego deste armamento seria

consumada em tempo hábil. Outra observação constante em relatório brasileiro elaborado neste mesmo momento demonstrava preocupação também com a proficiência em competências elementares como esgrima com baioneta, precisão do tiro das armas individuais, assalto com pelotão de fuzileiros e o emprego de granadas de mão – habilidades que se provariam indispensáveis nas semanas seguintes ao deslocamento para o *front* (1º REGIMENTO..., 1944).

Vale a pergunta: a falta de prática com essas qualificações básicas no seio da FEB teria realmente sido causada pela transição doutrinária do sistema francês para o americano?

No lugar de problemas intrínsecos às doutrinas francesa ou americana, a falha residia na insuficiente disseminação do conhecimento profissional no Exército de antes da guerra, que não inculcou noções tão básicas como o cuidado com o armamento individual. Tanto relatórios brasileiros quanto os produzidos pelo BLD indicam que a FEB foi conduzida à Itália com gritantes deficiências de treinamento básico, algo que a Missão Francesa deveria ter solucionado até mesmo décadas antes que se deflagrasse a Segunda Guerra Mundial.

Na prática, isto não ocorreu e a instrução francesa teve um papel mais cosmético do que eficaz, mesmo se alta reputação lhe fosse conferida no período entre as duas guerras mundiais, algo causado por uma peculiar característica cultural que imputa grande importância a melhorias aparentes quando, na verdade, elas são despidas de substância.

Da parte do General Mascarenhas, Coronel Lima Brayner e Tenente Coronel Humberto Alencar Castello Branco houve muita menção às diferenças entre a organização militar americana e a francesa, mas nenhuma comparação de *como elas eram diferentes* de fato – se tanto. Na verdade, havia várias semelhanças: tanto os pelotões de fuzileiros de modelo francês tais quais adotados pelo Brasil quanto os americanos do tipo empregado na Itália tinham três grupos de combate, cada um armado com um fuzil-metralhadora, proporção que os americanos haviam copiado da França. Os morteiros de 60 e 81mm, ambos usados na Itália, eram também presentes na doutrina francesa e entre várias outras semelhanças, a organização das próprias seções de comando dos batalhões americanos havia sido calcada no modelo francês. Havia algumas diferenças significativas: as metralhadoras pesadas, por exemplo, eram empregadas pela doutrina dos Estados Unidos como apoio para ações ofensivas, enquanto os brasileiros, de acordo com o ensinamento francês, as utilizavam primordialmente para barragens defensivas. Certamente, havia diferenças conceituais de grande escala importantes, como a falta de familiaridade da doutrina francesa com os princípios de combinação das armas, embora isto não tivesse efeito nas noções doutrinárias bem mais simples que deveriam ser cumpridas na Itália, envolvendo pelotões, companhias e batalhões nos níveis táticos mais elementares.

## PRIMEIRAS MISSÕES DE COMBATE

O 6º Regimento de Infantaria foi a primeira unidade brasileira a estreiar em combate em setembro de 1944, gradualmente empenhada desde setores menos intensos na *front* do rio Arno, em missões de patrulha e golpes-de-mão contra posições inimigas no efetivo de pelotão. Depois de várias ações de combate de pelotões e companhias, todas bem sucedidas, o 6º RI foi comprometido no vale do rio Serchio e se engajou em missões de combate cada vez mais difíceis. Graças aos estágios na escola de Caserta, aos períodos passados no treinamento *on-the-job* junto a unidades americanas, e, especialmente, à longa fase de instrução “no Teatro” recebida após o desembarque em Nápoles, o 6º RI demonstrou desempenho excelente neste setor secundário da frente do IV Corpo de Exército americano. Contudo, a experiência ganha nestas operações não extrapolou a dimensão tática, uma vez que nenhuma ação com efetivo superior ao batalhão de Infantaria foi compreendida (BONALUME, 1995).

No primeiro instante em que toda a divisão brasileira se encontrava reunida na Itália, apenas um de seus três regimentos tinha passado pelo teste do combate real contra o inimigo. No início de novembro de 1944, e apesar do fato de que dois dos três regimentos haviam recebido apenas parcialmente o treinamento suplementar que tanto beneficiou o 6º RI, a divisão completa foi roçada para o vale do rio Arno, setor de intensa atividade e operações ofensivas conduzidas na tentativa de romper a linha de inverno e alcançar a cidade de Bolonha antes do fim de 1944.

Na chegada a este setor, o 6º RI foi cedido à *Task Force* 45 (TF 45), um componente tático poliglota e multinacional de artilheiros antiaéreos britânicos e americanos que foram readaptados para combater como soldados de Infantaria, guerrilheiros italianos e homens da segregada 92ª Divisão de Infantaria do Exército dos Estados Unidos. No dia 18 de novembro, o IV Corpo emitiu a Instrução de Operações Número 68, que designava a TF 45 à missão de negar a “crista Monte Belvedere ao inimigo, capturar e manter as áreas de Monte Castello – Monte della Torracina – Monte Terminale.”

Durante três dias consecutivos, a *Task Force* 45 atacou essas cristas e em cada uma dessas ocasiões o 3º Batalhão do 6º RI (3º/6ºRI) recebeu a missão de capturar Monte Castello. No primeiro dia, 24 de novembro de 1944, o 435º Batalhão de Artilharia Antiaérea (EUA) teve sucesso na conquista de Querciola e Corona pelo fim da tarde, mas o 370º Regimento da 92ª Divisão foi detido em seu avanço pela resistência alemã. Por volta do meio dia, essa falta de segurança no flanco fez com que o 3º/6º RI retornasse à linha de partida para se reorganizar. À meia-noite, os alemães desferiram um contra-ataque que “foi desarticulado por fogo de armas individuais e carros de combate.”

No dia seguinte, 25 de novembro, o 235º

Batalhão Antiaéreo conseguiu alcançar o cume de Monte Belvedere, mas, novamente, o 370º Regimento de Infantaria foi detido por fogo de morteiros e armas leves, e o 6º RI encontrou dura resistência de armas leves, morteiros, ninhos de metralhadora e canhões de assalto sobre lagartas durante o avanço contra Monte Castello. Ao cair da noite, as crescentes baixas brasileiras causaram mais uma retirada para a linha de alturas ao sul do objetivo do ataque. No dia 26 de novembro um derradeiro ataque foi cancelado tão logo as unidades empenhadas cruzaram a linha de partida. Na noite do dia 28 de novembro, o alemão desferiu um contra-ataque no efetivo de batalhão contra o 435º Batalhão americano, empregando três carros de combate *Mark IV* e um canhão de assalto. O inimigo conseguiu sucesso nesta ação, e deslocou as baterias C e D do 435º Batalhão de suas posições, enquanto três blindados M4 americanos foram postos fora de combate por *Panzerfausts* pela infantaria alemã atacante, que infiltrou as posições com notável habilidade, forçando as baterias B, C e D de volta para as suas linhas de partida do dia 24 de novembro. O 2º Batalhão do 370º Regimento americano conseguiu manter suas posições.

Durante todas essas operações, grupos de guerrilheiros italianos lutaram lado a lado com tropa brasileira, britânica e americana. Desde seu início, a TF 45 foi treinada por experientes instrutores de Infantaria do Exército dos Estados Unidos, que permaneceram com esta força-tarefa por seis semanas. O IV Corpo também forneceu à TF 45 um oficial especializado em Governo Militar, um médico cirurgião, um oficial intérprete de fotografias aéreas, um oficial de engenharia e um especialista em interrogatório de prisioneiros de guerra. O Estado-Maior da TF45 também contava com dois oficiais subalternos especializados em trabalho de inteligência e um capitão que assessorava nas necessidades de Artilharia de Campanha.

Quando a força-tarefa foi desmembrada em janeiro de 1945, o oficial comandante do IV Corpo de Exército, o General Willis D. Crittenger, estava satisfeito com seu desempenho em ação, embora houvesse diferenças de opinião sobre a efetividade de combate da decisão de inserir as unidades de guerrilheiros italianos atuando como Infantaria. Estas tendiam a romper a formação e retroceder quando encontravam artilharia e fogo concentrado de armas automáticas. As unidades da guerrilha estavam sob o controle da OSS, um forte defensor de seu emprego, que as manteve sob seu controle tático e logístico durante todo o inverno nos Apeninos. Sua presença na TF45 foi, portanto, uma exceção à regra, uma vez que suas ações mais corriqueiras tendiam a compreender patrulhas de reconhecimento e ações de guerrilha na retaguarda alemã (HISTORY..., 1945).

Na manhã do dia 27 de novembro, o 6º RI voltou à sua grande unidade de origem e, após sucessivos protestos do General Mascarenhas, foi decidido pelo IV Corpo que as tentativas subsequentes de romper as fortificações alemãs



naquele setor fossem de responsabilidade exclusiva da 1ª DIE. Este desenvolvimento foi um avanço importante logrado pelo General Mascarenhas, que, desde o começo da campanha, insistia para que sua divisão não fosse empregada de forma fragmentada (HISTORY..., 1945).

No dia 29 de novembro, com o Monte Belvedere de volta às mãos do inimigo desde a noite anterior, uma força que combinava três batalhões dos neófitos 1º e 11º Regimentos de Infantaria desferiu um ataque frontal sem sucesso contra Monte Castello. O fogo direto e de enfiada proveniente do Castello e de adjacências causaram 190 baixas na tropa atacante. No dia 12 de dezembro o General Mascarenhas decidiu empreender outra operação de ataque frontal, desta vez tentando a surpresa, com mínimo apoio de Artilharia, apesar do inimigo já se encontrar de sobreaviso, já esperando inciativas ofensivas Aliadas contra o Monte Castello, devido às recentes ações naquele setor. A decisão de atacar frontalmente não pode per se ser julgada equivocada, tal qual feito por críticos no pós-guerra: o ataque direto e frontal a fortificações montanhosas provou-se imprescindível em várias fases da Campanha da Itália, dada a impossibilidade de flanquear e infiltrar as fortificações inimigas (GOODERSON, 2008). O último ataque brasileiro de 1944 ao Monte Castello teve o saldo de 140 mortos, feridos e desaparecidos (MASCARENHAS DE MORAES, 1947).

A dificuldade intrínseca de operar contra as fortificações alemãs deflagrou crise entre o alto escalão de comando da DIE, que, nos dias finais de 1944, procurou encontrar soluções, razões e origens da falta de sucesso em seus ataques contra Monte Castello. O escrutínio das operações de novembro e dezembro de 1944 revelou que, dada à solidez das defesas de Monte Castello, a elevação só seria conquistada depois da queda do Monte Belvedere, que oferecia campo de tiro sobre qualquer tropa atacante que utilizasse a baixada de Guanella como base de partida. Depois que esta falha conceitual das primeiras operações contra Monte Castello foi exposta, procurou-se aperfeiçoar a sincronização entre o apoio de fogo dos batalhões e seu avanço, além de serem detectadas também as estimativas até então conservadoras a respeito do verdadeiro efetivo e densidade das fortificações do objetivo brasileiro. Os insucessos de novembro e dezembro de 1944 foram por muito tempo creditados à ineficácia do comando brasileiro, quando, talvez, deveriam ser mais corretamente encontrados na eficácia dos métodos defensivos dos alemães (WAACK, 1985).

Depois do ataque de 12 de dezembro, Mascarenhas realizou uma conferência com o General Crittenberger, que lhe perguntou se sua divisão seria de fato capaz de ação ofensiva. Depois desta reunião, o General Mascarenhas considerou passar o comando da DIE ao General Zenóbio da Costa e retornar ao Brasil, mas foi convencido do contrário por seus oficiais do Estado-Maior divisionário (BRAYNER, 1968).

Novamente, os eventuais problemas identificados nas operações dos meses finais de 1944

não podem entrar na conta da suposta falta de solidez da doutrina militar francesa: tivesse sido incorporada homoganeamente, a transição para os princípios organizacionais americanos teria sido executada de forma bem mais suave. Alguns princípios constantes da doutrina francesa, como a coordenação entre Infantaria na progressão com barragens de Artilharia durante as fases de assalto a fortificações não foram aplicadas nas situações táticas apresentadas, em especial no dia 12 de dezembro. Como foi mencionado anteriormente, o Tenente-Coronel Castello Branco (G3 da DIE) responsabilizou a doutrina do pré-guerra, mas, em essência, os princípios franceses de ataques contra fortificações não foram diferentes das abordagens que se mostraram de valor na operação final e decisiva contra Monte Castello em fevereiro de 1945: o *Plano Encore*, que contou com fogo de Artilharia concentrado e contínuo com a finalidade de atarantar os defensores inimigos e possibilitar o avanço da Infantaria, a partir de então apta a aniquilar seus pontos fortes. Cabe uma dúvida: a opção pelo ataque frontal nas operações preliminares teria sido de fato motivada pela impossibilidade de manobrar no terreno, ou seria então um legado das campanhas conduzidas no Brasil, que haviam consistido de verdadeiras experiências formativas para vários dos oficiais superiores da FEB. A este tipo de questionamento a história não pode dar resposta, para não cair no risco da especulação.

É certo que a importância da resistência alemã em Monte Castello não pode ser desprezada: com muito conhecimento e experiência adquiridos em mais de um ano de combates na Itália, as forças alemãs naquele país fizeram uso muito proveitoso tanto do terreno quanto de suas posições fortificadas erigidas no ano de 1943 pela Organização Todt, perfeitamente capazes de suportar a superioridade numérica da Infantaria Aliada. Ao contrário do que se costuma apregoar, era alta a qualidade da 232ª Divisão de Infantaria, responsável pelo setor de Monte Castello: embora recém criada e treinada em Wildflecken em julho de 1944, cerca de 90% de seu efetivo tinha experiência de combate na Rússia, e, embora fatigados por anos sucessivos de combate, possuíam pleno domínio de como operar de forma eficaz e letal com suas MG-42 e os obuseiros de montanha de 75mm, encastelados com segurança na profundidade de seus abrigos fortificados (BOUCSEIN, 2000).

Deve ser deixado explícito o valor do moral que grassava por toda a tropa da FEB e em especial da DIE: embora cientes de suas limitações de treinamento, o contingente expedicionário jamais demonstrou indício de colapso em sua disposição para o combate, algo que ficava bastante evidente na maneira orgulhosa em que o soldado brasileiro ostentava o distintivo da “cobra fumando”. As subunidades mantiveram-se coesas por todo o inverno e, se as relações entre brasileiros e americanos mostraram-se complicadas nos escalões superiores, houve vários resultados positivos da interação entre os exércitos do Brasil e dos Estados Unidos. Combater no mesmo campo

de batalha, contra o mesmo inimigo incentivou um grau maior de compreensão entre as duas nacionalidades nem mesmo superado por todos os esforços da política de boa vizinhança do governo Roosevelt. A tropa brasileira foi favoravelmente impressionada pela natureza democrática das relações pessoais entre os americanos de diferentes posições hierárquicas e estes tiraram lições da maneira em que a FEB combatia sem qualquer sinal de segregação racial.

## TREINAMENTO ADICIONAL NO TEATRO DE OPERAÇÕES

O impasse do inverno de 1944-45 testemunhou os soldados brasileiros tendo que lidar com condições abaixo de zero que eram desconhecidas para a maioria dos combatentes da divisão, porém, a cessação das ações ofensivas nesta fase possibilitou que o comando da divisão refletisse sobre sua experiência nas operações desde a partida do Brasil. Após as operações de fins de 1944, o relutantemente aceito consenso sobre a inadequação do treinamento do contingente da FEB suscitou consciência sobre a necessidade absoluta de treinamento e instrução em uma série de técnicas e procedimentos. O Coronel Brayner, chefe do Estado-Maior divisionário, mostrou-se menos inclinado a aceitar aquilo que ele considerava “intromissão dos americanos” em sua área de competência (BRAYNER, 1968). Em meados de janeiro de 1945, o BLD ajudou a formular um novo cronograma de instrução que deveria ser ministrado aos brasileiros antes da nova fase de operações ofensivas que se seguiria ao degelo previsto para o mês seguinte. No dia 13 de janeiro de 1945, o QG do IV Corpo emitiu uma diretriz recomendando a preparação de um programa de instrução que pudesse ser conduzido de modo concomitante ao contexto tático de “defesa agressiva” e de patrulhamento agressivo em que a divisão brasileira se encontrava. Sem dúvida, àquela altura já havia milhares de homens experientes na divisão brasileira, mas o pessoal do BLD acreditava que o refinamento de algumas qualificações ainda seria desejável. Estes mesmos integrantes do BLD também já haviam percebido que os brasileiros não gostavam de ouvir um americano pontificando sobre como deveria ser seu comportamento em combate, e alguma maneira de contornar este potencial constrangimento deveria ser encontrada. Por fim, isto foi feito com um oficial e praças selecionados de cada um dos batalhões empenhados em difundir as habilidades específicas em curto prazo no seio de suas subunidades de origem. O cronograma incluía alguns assuntos básicos, juntamente a problemas táticos típicos de frações e prática de tiro.

As recomendações foram devidamente assimiladas pela FEB. No dia 26 de janeiro de 1945, o General Zenóbio da Costa emitiu a Diretriz Especial de Treinamento I, que continha uma série de observações e advertências que pretendiam fazer com que se evitassem

“procedimentos que ocorriam em detrimento da eficácia de nossas tropas envolvidas em combate” (1ª DIVISÃO, [194-]a).

Esta diretriz criticava alguns procedimentos anteriormente observados que ignoravam princípios doutrinários centrais como a segurança em zona de combate, medidas ofensivas e defensivas, e adicionalmente iluminava os problemas prévios de instrução inadequada, enumerando questões relacionadas à motivação das frações e apontando, por fim “lamentável negligência” nos níveis de comando de batalhões e companhias (1ª DIVISÃO, [194-]a). Em nenhum momento, entretanto, o documento cita o próprio comando da Infantaria Divisionária como protagonista do processo de saneamento das deficiências de instrução. Esta primeira diretriz, emitida somente no fim do mês de janeiro, soa indicativa do distanciamento do próprio comandante da Infantaria Divisionária em relação aos programas de instrução conduzidos nos meses preliminares.

Apesar das críticas contidas na diretriz do General Zenóbio, vários relatórios, entrevistas e memórias publicadas pelos oficiais que combateram nas ações iniciais da FEB sugerem que, no momento de seu teste inicial sob fogo na Itália, as frações e subunidades tinham condições de apresentar desempenho agressivo em combate. O conhecimento profissional e habilidades exigidas dos oficiais subalternos da FEB não eram significativamente diferentes daqueles cultivados pelos líderes em posições equivalentes nas demais forças em atuação na Itália.

Estes mesmos oficiais subalternos admitiam abertamente que em operações de maior escala havia falta de coesão, que atribuíam à falta de preparo para tais situações no período entre guerras (ARRUDA, 1949; UDIHARA, 2002; GONÇALVES, 2005). Além disso, em função da drástica fase antecedente à consolidação da instrução francesa, ainda ecoava a crença na doutrina como uma constante imutável. Embora a percepção sobre a mutabilidade intrínseca à doutrina viesse a se tornar amplamente vigente na FEB, a estagnação de ideias ainda era ocasionada pela deferência excessiva ao aprendizado nos bancos acadêmicos do entre guerras. Em alguns casos, as recomendações provenientes do BLD eram tidas como equivalente ao desrespeito pelo conhecimento profissional brasileiro. Por exemplo, no Depósito de Pessoal órgão responsável pelo treinamento dos homens que deveriam preencher as baixas de combate, o coronel SI (Seção de Pessoal) recusava-se a aceitar sugestões sobre como proceder com os trabalhos, vindas de oficiais americanos que exerciam exatamente a mesma função nos depósitos americanos do Teatro de Operações. De acordo com um dos relatórios do BLD, o coronel brasileiro não acreditava ser necessário que ele visitasse os depósitos americanos a fim de se inteirar dos procedimentos e necessidades de sua própria função. Esse oficial se limitava a afirmar que ele “entendia os sistemas em uso”, mas, assim que o Depósito de Pessoal começou a funcionar, os problemas com a seção de SI se revelaram. Este problema só foi

superado com a intercessão do Comandante do Depósito de Pessoal, Coronel Parreiras, que o BLD considerava um dos oficiais mais cooperativos e compreensivos.

Em relatos de veteranos, há menções à descoordenação entre Artilharia e Infantaria nos primeiros combates de monta enfrentados pela FEB, nos meses de novembro e dezembro de 1944.

Após a virada do ano, o General Mascarenhas passou a se relacionar diretamente com os chefes de cada seção de seu Estado-Maior, prescindindo do intermédio do chefe daquele órgão, o Coronel Lima Brayner. Ao mesmo tempo, a instrução emergencial ministrada no início de 1945 começou a ressoar, sanando os problemas que haviam sido identificados em fins de 1944. A instrução se direcionou para técnicas mais aprimoradas, como combate noturno, assalto a fortificações e infiltrações. O jogo de gato e rato do patrulhamento constante também serviu para aguçar ainda mais o futuro comportamento tático da divisão, uma vez que cada companhia deveria enviar duas patrulhas a cada dia.

Se os problemas da proficiência em combate só foram resolvidos após as fases extraordinárias de treinamento e de adequação ao combate, o andamento dos fatores logísticos na retaguarda da expedição provou ter sido organizados de maneira bastante satisfatória. Os Aliados e em particular os Estados Unidos sofreram bastante durante o inverno de 1944-45 devido à dificuldade de reforçar suas veteranas divisões de Infantaria com substitutos aptos a se integrar nas fileiras das unidades com experiência prática, o que ocorria em detrimento dos padrões de efetividade. Em oposição a esta situação, o sistema adotado pelo Depósito de Pessoal da FEB, motivado por acendrado senso de unidade dado a condição específica da tropa brasileira na Itália, foi capaz de prover mais de 3.900 homens bem treinados para completar os claros nas subunidades e frações de fuzileiros. Ao contrário desta situação, a sistemática americana de alocação de substitutos rompia com o senso de espírito de corpo das divisões de Infantaria, já que não existiam depósitos específicos para cada divisão. No inverno, a divisão brasileira foi capaz de se reorganizar, aperfeiçoar seu treinamento e receber reforços de maneira a completar as baixas, uma vez que os escalões remanescentes da totalidade da FEB passaram a conduzir os homens para o recompletamento a partir de novembro de 1944.

Com a divisão finalmente reunida no bimestre final de 1944, o suprimento de rações adequadas ao gosto brasileiro foi efetuado sem interrupções, com os transportes da Marinha de Guerra que conduziam os víveres ao QG do Depósito de Intendência da FEB, situado na cidade portuária de Livorno. Deste ponto, as rações eram enviadas às unidades combatentes e adicionadas às rações americanas, para o contentamento dos homens engajados na linha de frente. O Depósito de Intendência também estava encarregado do trabalho de salvado de uniformes e da confecção de capas de camuflagem para

neve com tecidos comprados no próprio Teatro de Operações.

A primavera de 1945 veria os brasileiros prontos e capacitados para uma sucessão de operações ofensivas ao longo da frente do V Exército, e a chegada da 10ª Divisão de Montanha dos EUA para aquele Teatro de Operações foi um fator de impulso moral no setor do vale do Reno. Ao final de fevereiro, durante a *Operação Encore*, brasileiros e americanos finalmente conquistaram as cristas que tantas dificuldades causaram no ano precedente, e a conquista das elevações adjacentes que ofereciam fogo de enfiada contra a tropa Aliada também foi consolidado antes do final da operação. Nesta ocasião, o trabalho de Inteligência mostrara-se apto a precisar os efetivos e as coordenadas das posições alemãs, graças ao trabalho da 1ª Esquadilha de Ligação e Observação que era orgânica à DIE, além de informações colhidas em patrulhas, com guerrilheiros e civis.

Estas operações também puderam se beneficiar de preparações de Artilharia bem mais pesadas, juntamente a um limitado apoio ar-terra da parte do 1º Grupo de Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira. Entretanto, os caças-bombardeiros eram primordialmente empregados contra as linhas da cadeia logística do inimigo, alvos de oportunidade e posições de artilharia do que contra as bem construídas e profundas fortificações ocupadas pela infantaria alemã: naquele setor do IV Corpo, o apoio aéreo não bastou, e tanto a 1ª DIE quanto a 10ª Divisão de Montanha só expulsaram o inimigo de suas posições com o emprego do armamento dos pelotões e grupos e combate.

Após a captura dos redutos alemães em fevereiro e março de 1945, o aprimoramento do poder de combate da divisão brasileira foi continuado imediatamente nas linhas de frente, com os homens sendo empenhados em programas de instrução desde que não estivessem em posição ou em missão de patrulha.

A análise dos relatórios de combate revela que a doutrina americana era comumente empregada juntamente a alguns conceitos franceses, como a prática de remover os homens munidos de lançadores de granadas (“granadeiro” era uma qualificação de Infante no tempo da guerra) e alocá-los a grupamentos comandados por um graduado e especialmente constituídos para garantir a segurança da retaguarda dos pelotões na progressão. Ao mesmo tempo, a própria tropa brasileira promovia alterações na doutrina, na medida em que percebia necessidades que surgiam no calor do combate: as técnicas de Infantaria eram, por natureza constantemente evolutivas, e a consciência da necessidade da flexibilidade organizacional foi demonstrada, por exemplo, pela prática de isolar os granadeiros de seus grupos de combate sem prejudicar seu poder de fogo, já que outra mudança importante introduzida nos regimentos de Infantaria da FEB foi a inclusão de equipes adicionais de fuzileiros-metralhadores e lançadores de granadas nas companhias de fuzileiros, algo que se mostrou necessário

dada a robustez dos redutos fortificados alemães. Assim, a doutrina empregada pela FEB na Itália não foi necessariamente americana nem francesa: foi híbrida, valendo-se de soluções e princípios tanto provenientes dos dois países quanto encontradas no curso dos acontecimentos (REGIMENTO SAMPAIO, [194-]).

Inovações similares foram criadas por unidades americanas na floresta de Huertgen, no noroeste da Europa, para lidar com o inimigo entrincheirado em florestas densas, recoberto topografia acidentada. Unidades sob o comando americano na Itália, incluindo a FEB, puderam também se aproveitar da rápida disseminação dessas lições de um Teatro de Operações para outro no início de 1945, por meio de publicações específicas voltadas para a disseminação de lições aprendidas. Outro exemplo do aprendizado entre Teatros de Operação foi a transferência de informações entre o sul da França e a Itália, com importante aprendizado repassado sobre as evoluções das minas terrestres alemãs (9º BATALHÃO DE ENGENHARIA, 1945).

Com sua efetividade de combate ascendendo de forma amplamente notável a partir de fins de 1944 a divisão brasileira desempenhou ativo papel na ofensiva final Aliada de abril de 1945, conquistando a cidade de Montese e elevações ao redor sob o mais pesado bombardeio registrado em toda a frente do IV Corpo de Exército. A DIE também atuou na bem sucedida fase de perseguição ao inimigo que se retirou para o vale do Pó, apreendendo vasta quantidade de prisioneiros de guerra alemães e da República Social Italiana e bloqueando suas rotas de fuga para o norte. Não se deve pensar que o fim da guerra foi fácil: as baixas da FEB e de todo o V Exército registradas em abril de 1945 são equiparáveis às das fases dos mais intensos combates de 1944 (STARR, 1948).

## CONCLUSÃO

Apesar do consenso historiográfico, os problemas da FEB não se deveram primordialmente à transição doutrinária, mas à falta de treinamento e instrução militar sólidas que tinha suas origens em momento bem anterior ao embarque para o exterior. Esses problemas eram estruturais, e não conjunturais, meramente relacionados à familiarização com o armamento e material americanos. A constatação é que, em alguns contextos, a carência material não pode ser invariavelmente considerada como o maior fator de obstrução da manutenção de alto grau de operacionalidade de uma força, uma vez que muito do material já utilizado no Brasil, embora datado, poderia ter perfeitamente sido empregado no preparo da FEB e em especial na garantia da operacionalidade do Exército de tempo de paz.

Estes problemas finalmente começaram a ser resolvidos com a aquisição de experiência de combate e com o treinamento intensificado praticado mesmo nos momentos em que a divisão se encontrava em linha, pelo

sistema de rodízio. A FEB não aprendeu a combater da estaca zero, mas precisou resgatar e adaptar conhecimento já inculcado, algo particularmente observado nos capitães aperfeiçoados e nos comandantes de pelotões e baterias de formação mais recente. A maioria das praças da FEB já contava com ao menos um ano de serviço militar, e parcela também considerável já se encontrava no Exército desde 1942, devido à mobilização e reconvocação das classes de conscritos de 1919, 1920 e 1921. Não havia nenhuma razão relacionada com transição doutrinária para que se verificassem as limitações de instrução básica na Itália, algo que estava bem mais ligado a décadas de deplorável negligência dos programas de treinamento e instrução no período entre guerras.

Os assessores do BLD tiveram um papel preponderante na detecção de tais lacunas, tendo emitido recomendações que, após alcançarem os escalões superiores do IV Corpo e do V Exército, retornaram ao comando da expedição brasileira, na forma de um programa de instrução cuidadosamente talhado para compensar os problemas específicos da FEB. Isso fez com que a DIE só alcançasse seu grau máximo de efetividade a partir de fevereiro de 1945, após cerca de cinco meses desde as primeiras ações do 6º RI no vale do Arno. A *Operação Encore* foi, sem dúvida, o ponto de virada em que a FEB escalou incessantemente a curva do aprendizado em combate.

Mas, como afirmado ao início deste texto, a efetividade militar não é corretamente avaliada somente pela vitória em ações de combate. Em alguns aspectos da organização da expedição, o Exército Brasileiro demonstrou alto grau de aproveitamento nas tarefas necessárias para a boa condução de um projeto estratégico que possuía muito mais dimensões do que apenas o bom desempenho em combate. A escola militar da França enfatizava os aspectos logísticos da condução das operações, e, neste quesito, nenhum problema se manifestou. O suprimento de rações, material de acampamento, fardamento e equipamento individual ocorreu a contento durante toda a campanha.

O aspecto mais positivo envolvendo a história da FEB está, sem dúvida, no competente processo de mobilização e seleção de pessoal: para um país ainda não industrializado, não completamente integrado e com deficiências de comunicação entre as principais cidades e capitais, o Exército Brasileiro foi capaz de compor sua força expedicionária com a nata dos conscritos, algo que, sem dúvida, foi primordial no aprendizado e desempenho em combate.

A efetividade militar, portanto, precisa ser avaliada dentre uma diversidade de variáveis, nem sempre óbvias nos momentos em que o combate aparenta ser a preocupação mais emergencial.

## REFERÊNCIAS

- 1ª DIVISÃO DE INFANTARIA EXPEDICIONÁRIA. 3º seção. **Nota de Instrução No 1.** [S.l.], [194-]a. Nota localizada no Arquivo do 1º Regimento de Infantaria, Rio de Janeiro, Vila Militar.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Nota de Instrução No. 8.** [S.l.], [194-]b. Nota localizada no Arquivo do 1º Regimento de Infantaria, Rio de Janeiro, Vila Militar.
- 1º REGIMENTO DE INFANTARIA EXPEDICIONÁRIA. **Nota de Instrução No. 6: instrução de tiro.** Acampamento em San Rossore, 8 (oito) de Novembro de 1944. Do Major S/3 Aos Srs. Cmts. de Btls. e O.R., Rio de Janeiro, Vila Militar, 1944. Nota localizada no Arquivo do 1.º Regimento de Infantaria.
- 6º REGIMENTO DE INFANTARIA. 3º Seção. **Relatório das Atividades do Regimento:** Campanha da Itália, 1944-1945. São Paulo, [194-]. Localizado na Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, Seção de São Paulo.
- 9º BATALHÃO DE ENGENHARIA. **PC em Cavanna, 27 de fevereiro de 1945.** [S.l.], 1945. Localizado no Arquivo do 1º Regimento de Infantaria, Vila Militar, Rio de Janeiro.
- ANNEX G-3/8 A. Brazilian Artillery Officers Trained in the United States. [S.l.], [194-]. Located at WO 204 5601, National Archives, Kew Gardens.
- ARRUDA, D. C. (Org.). **Depoimento dos Oficiais da Reserva Sobre a FEB.** São Paulo: IPÊ, 1949.
- BIOSCA, F. L. **A Intendência no Teatro de Operações da Itália.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1950.
- BOLETIM ESPECIAL DO EXÉRCITO, Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1946.
- BOLETIM REGIMENTAL [do] Regimento Sampaio. Rio de Janeiro, #88, 17-IV-1944a. OB. Boletim localizado no Arquivo do 1º Regimento de Infantaria. Rio de Janeiro, Vila Militar.
- BOLETIM REGIMENTAL [do] Regimento Sampaio. Rio de Janeiro, #205, de 04/IX/1944b. SRS. Boletim localizado no Arquivo do 1º Regimento de Infantaria.
- BOLETIM REGIMENTAL [do] Regimento Sampaio. Rio de Janeiro, #10, de 22-I-1945. OB. Boletim localizado no Arquivo do 1º Regimento de Infantaria. Rio de Janeiro, Vila Militar.
- BONALUME NETO, R. **A Nossa Segunda Guerra.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.
- BOUCSEIN, H. **Bomber, Jabos, Partisanen. Die 232. Infanterie-Division 1944/45 in Italien.** Postdam: Kurt-Vowinckel-Verlag, 2000.
- BRASIL. Ministério da Guerra. **FM 7-10 Manual de Campanha da Infantaria.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Secretaria Geral. **Boletim Especial do Exército.** Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1946.
- BRAYNER, F. L. **A verdade sobre a FEB.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- BROOKS, T. R. **The war north of Rome.** New York: Sarpredon, 1996.
- BROWN, J. S. **Draftee division.** Novato: Presidio Press, 1998
- CAMERON, F. T. **Historical report of the brazilian replacement depot.** [S.l.: s.n.], [19--]. Located at WO204/5848. National Archives, Kew Gardens.
- CASTELLO BRANCO, M. T. **O Brasil na II Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: Bibliex, 1960.
- CLARK, M. W. **Calculated risk.** New York: Harper & Brothers, 1950.
- COLLIER, T. **The Division Quartermaster.** [S.l.: s.n.], [19--]. Located at WO204, 5848, The National Archives, Kew Gardens.
- DAY, J. **Partigiani e alleati sul fronte del Reno dal settembre 1944 all'aprile 1945:** (con documentazione americana, inglese e tedesca). Italy : Nuèter, 1998. p. 145-196.
- DOUBLER, M. D. **Closing with the enemy.** Lawrence: University Press of Kansas, 1994.
- ENGLISH, J. A.; GUDMUNDSSON, B. I. **On Infantry.** London: Praeger, 1994.
- FERRAZ, F. C. A. **Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- FIRST INFANTRY DIVISION (EXPEDITIONARY). **Basis for conference between General Mascarenhas de Moraes and General David G. Barr Chief of Staff, NATOUSA.** Advanced Echelon, Bivouac at Agnaro, July 21, 1944. Signed Major General Mascarenhas de Moraes, Commandant, 1st Division Exped Inf. [S.l.], 1944. Located at WO 204/5676, The National Archives, Kew Gardens.

- GABRIELE, M. La forza di spedizione brasiliana (F. E. B.) nella Campagna d'Italia (Settembre 1944 - Aprile 1945). In: **STUDI Storico-militari 1985**. Roma: USMME, 1986. p. 403-554.
- GONÇALVES, J.; MAXIMIANO, C. C. **Irmãos de Armas**. São Paulo: Nobel, 2005.
- GOODERSON, I. **A Hard Way to Make War**. Londres: Conway, 2008.
- GRAY, C. S. **Modern Strategy**. Oxford: OUP, 1999.
- HISTORY of task force 45: 29 July to 28 January 1945. [S.l.: s.n.], [19--]. Localizado na Casa do Expedicionário, Curitiba, PR.
- HOWARD, M. The uses and abuses of military history. **The Army Doctrine and Training Bulletin**, Kingston, v. 6, n. 2, summer, 2003.
- MALAN, A. S. **Missão Militar Francesa de Instrução Junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.
- MANSOOR, P. R. **The GI offensive in Europe**. Lawrence: University Press of Kansas, 1999.
- MASCARENHAS DE MORAES, J. B. **A FEB Pelo Seu Comandante**. São Paulo: IPE, 1947.
- \_\_\_\_\_. **The Brazilian Expeditionary Force by its commander**. Washington, D.C.: US Government Printing Office, 1966.
- MAXIMIANO, C. C. **Barbudos, Sujos e Fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Grua, 2010.
- McCANN, F. D. **The Brazilian-American alliance 1937-1945**. Princeton: Princeton University Press, 1973.
- \_\_\_\_\_. **Soldiers of the Pátria**. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- MOREIRA LIMA, R. **Senta a Puá**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980.
- MOURA, G. **Sucessos e Ilusões**. Rio de Janeiro: FGV, 1992.
- MURRAY, W.; MILLETT, A. **A war to be won**. London: Belknap Press, 2000.
- MURRAY, W. **Military Adaptation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- OPERATIONAL history of the 1st Brazilian Expeditionary Force: from 13 September 1944 to the conclusion of the War in Italy on 2 May 1945. [S.l.: s.n.], [19--]. Located at WO 204/5848, The National Archives, Kew Gardens.
- PAIVA GONÇALVES, C. **Seleção Médica do Pessoal da FEB**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1951.
- REGIMENTO SAMPAIO. Resumo das Operações, 6ª Companhia, 18.II.1945/28.II.1945. [S.l.: s.n.], [194-]. Localizado na Casa do Expedicionário, Curitiba, PR.
- SANTIAGO, R. **Guia Para a Instrução Militar**. São Paulo: Francisco Alves, 1938.
- SAYEN, J. **US Army Infantry Divisions 1944-45**. Oxford: Osprey Publishing, 2007.
- SILVA NEVES, L. F. **A Força Expedicionária Brasileira, uma perspectiva história**. 1992. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1992.
- SOARES, L. **Verdades e Vergonhas da FEB**. Curitiba, 1985.
- STARR, C. G. **From Salerno to the Alps**. Washington: Infantry Journal Press, 1948.
- STORR, J. **The Human Face of War**. Londres: Continuum Books, 2009.
- TAMOYO DA SILVA, A. **Exercícios de Combate de Companhia (Fuzileiros e Metralhadoras)**. Rio de Janeiro: 2º RI. – 1º Btl. Vila Militar, Agosto de 1940.
- TRUSCOTT, L. K. **Command missions**. Novato: Presidio Press, 1990.
- UDIHARA, M. **Um Médico Brasileiro no Front**. São Paulo: Narrativa Um, 2002.
- UNITED STATES ARMY. Headquarters, IV Corps. APO 304. **Memorandum: to: Chief of Staff. R.W.C.**, 13 January 1945. [S.l.: s.n.], 1945. Located at WO204/5716, National Archives, Kew Gardens.
- UNITED STATES ARMY. Headquarters, IV Corps. APO 304. **Memorandum: to: Chief of Staff. R.W.C. Annex "A"**, 13 January 1945. [S.l.: s.n.], 1945. Located at WO204/5716, National Archives, Kew Gardens.
- UNITED STATES. War Department. **Combat Lessons, Number 1**. Washington, DC: War Department, [194-]. Arquivo do autor.
- UNITED STATES. P. I. Section HQ IV Corps. **Enemy**

**Defense Overprint No. 6:** annex No. 1 to IV Corps G-2 Report No. 257. February 19th 1945. [S.l.: s.n.], 1945. Signed by Davis, actg. G-2; Crittenberger, Maj. Gen.

TRAINING of the 2nd echelon of the 1st Infantry Division, B.E.F. [S.l.: s.n.], [194-]. Located at WO 204 5848, The National Archives, Kew Gardens.

WALTERS, V. **Silent missions.** Garden City: Doubleday, 1978.

WAR DEPARTMENT. Combat Lessons, Number 1. Washington, DC: War Department, [194-]. Arquivo do autor.

WOYTHALER, B. **M/Sargeant Bernard Woythaler, BLD**, setembro de 2007. Entrevista via e-mail.

**Recebido em 17 de fevereiro de 2014**  
**Aprovado em 29 de abril de 2014**